SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/07/2015 - Sinttel-ES

Golpe. Sinttel faz alerta contra espertalhões

A diretoria do Sinttel-ES informa que somente o SINTTEL-ES e ninguém mais pode dar informações sobre as ações judiciais movidas contra a Fundações de Previdência Privada: Sistel, Fundação Atlântico e Telos. O advogado contratado para tratar dessas ações é o Dr. Dr. Bruno Moraes e que qualquer informação que tenham a receber sobre estes processos serão conduzidos pelo Sindicato.

Volta e meia o Sinttel-ES recebe correspondências de associados questionando sobre cartas recebidas chamando para fazer acordos e já oferecendo quantias vultosas nos processos. Trata-se de golpe!

Não caiam nessa conversa mole. Os processos estão em Brasília e ainda não há decisão final sobre nenhum deles. Quando houver qualquer novidade, o Sinttel informará em primeira mão pelo site do Sindicato.

Fique ligado.

sulina seguros

CNPJ: 88.457.395/0001-05
R. MARQUÊS DE ITÚ, 70 2º ANDAR – VILA BUARQUE – SÃO PAULO-SP – CEP: 01223-000.

São Paulo, 14 de maio de 2015 .Protocolo:66/596

CHAMADA PARA ACORDO

Prezado (a):

Chamada para acordo, do valor abaixo discriminado, referente à cota por direito do fundo de reservas MONTEP, que V.Sª pagou como plano de aposentadoria complementar. O pecúlio foi adquirido na ocasião por nossa seguradora a SULINA SEGURADORA S/A com direitos, obrigações e deveres, sendo cancelado posteriormente sem qualquer acerto financeiro na época, o contrato seguiu vigente, porém suspenso, o que gerou uma **ação pública coletiva** na qual V.Sª foi beneficiado por extensão processual no valor proporcional ao tempo de contribuição. **Esta será a última notificação** para que sejam tomadas as devidas providências amigáveis do pedido do valor junto ao processo de liquidação judicial em 2ª Instância TJSP, vencidos os prazos, a seguradora pedirá o estorno do valor depositado em juízo por vias legais, uma vez que se caracteriza que não é conhecido o paradeiro, existência ou interesse do beneficiário nesta notificado ou herdeiros, passando a valer o fim do processo, a saber:

Valor do rateio da cota individual do acordo corrigido a ser liberado: **R$ 84.290,00** (oitenta e quatro mil duzentos e noventa reais)
Custas processuais e obrigações fiscais vinculadas: **R$ 9.271,90**(nove mil duzentos e setenta e um reais e noventa centavos) **NAS SEGUINTES FRAÇÕES:**
GARE: (guia de arrecadação da receita estadual) **4% R$ 3.371,60** (três mil trezentos e setenta e um real e sessenta centavos)
DARF: (documento de arrecadação da receita federal) **3% R$ 2.528,70** (dois mil quinhentos e vinte e oito reais e setenta centavos)
CPJ: (comprovante de pagamento judicial) **2% R$ 1.685,80** (mil seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos)
HABILITAÇÃO: **2% R$ 1.685,80**(mil seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos)

Informamos que o valor poderá ser resgatado por liquidação judicial **(audiência)** que após entrar em contato, será solicitada por nosso jurídico ou, o valor poderá ser recebido **de imediato** por opção extrajudicial amigável em conta bancária, desde que V.Sª manifeste o aceite do acordo individual, no valor a receber e custas acima citados.

Para maiores esclarecimentos, favor ligar para nosso depto. Jurídico de segunda à sexta feira das 9:00 às 16:00hs.

0XX13 3028-6102/3014-0132

Jorge Alberto S. Tinel
OAB/SP 44.868

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/07/2015 - Sinttel-ES

Ex-trabalhadores/as da Heygeo que não receberam o processo

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES QUE AINDA NÃO FORAM RECEBER O PROCESSO DA HEYGEO Nº00337.2010.002.17.00

Se o seu nome, ou de alguém que você conheça, está nesta lista, avise que há pagamento disponível por conta das rescisões não pagas por esta empresa (Heygeo) na época em que fechou as portas no ES, após término do contrato com a GVT.

Ligue Tel.: 27 3314-4011 fale com Luiza, a fim de receber o valor que lhe cabe no processo.

ALCILENE ROCHA PEREIRA
ALISSON BARCELOS DOS SANTOS
AMANDA CONSOLAÇÃO SILVA
ANDERSON MARQUES CARNEIRO
BEATRIZ FERREIRA ESTEVÃO
CIRLENE SENA NETO
CRISTIANE DALLA BARBA
DANYEL DA SILVA NASCIMENTO
DAVID RAPOZA LAPA
DAYANA HELENA FERREIRA DE ANDRADE
GLEIDSON ARAUJO DA CONCEIÇÃO
IVAN PEREIRA JUNIOR
JOCILENE SOUZA DE JESUS
LUIZ FERNANDO DE CARVALHO
MARCELA ALMEIDA SIMÕES LEPAUS
MATEUS JUNIOR CORREA
MAURO XAVIER PIMENTA
OETHIONE KUSTER FOLADOR
REGIANE DA CONCEIÇÃO
ROSIMERE FERREIRA DE ASSIS
STEFANI ROCHA DA SILVA
THIAGO SEPULCRO NUNES
VON ROBERT
WILMAR GOMES PEREIRA

14/07/2015 - Vermelho

FGTS cresce 39,8% e registra lucro de R$ 12,9 bilhões em 2014

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) registrou, em 2014, rentabilidade de R$ 12,9 bilhões, representando crescimento de 39,8% em relação a 2013, quando o fundo lucrou R$ 9,225 bilhões. O resultado foi aprovado nesta terça-feira (14), por unanimidade, em reunião do Conselho Curador do FGTS.

No ano passado, foram contratados R$ 56 bilhões, dos quais 43,1 bilhões para habitação, R$ 6,7 bilhões para saneamento básico e R$ 6,2 bilhões para infraestrutura. O FGTS encerrou o ano com um ativo de R$ 410,4 bilhões e patrimônio líquido de R$ 77,5 bilhões.

De acordo com o Ministério do Trabalho, considerando apenas habitação, foram beneficiadas 480 mil famílias por meio do programa Minha Casa, Minha Vida, com geração ou manutenção de 3,4 milhões de empregos.

Segundo o ministro do Trabalho, Manoel Dias, que também preside o colegiado, o resultado foi alcançado com aplicações no período. “Isso nos permitirá maiores investimentos em obras de casa própria e em fundos”, acrescentou.

O Conselho também aprovou o relatório do Fundo de Investimento do FGTS relativo ao ano passado. O fundo investiu R$ 3,1 bilhões nos setores de energia, rodovia, hidrovia, porto e saneamento.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/07/2015 - Telesíntese

Anatel publica regulamento para pesquisa de satisfação do usuário

As operadoras de celular, TV paga, telefonia fixa e banda larga vão contratar a pesquisa, que deverá ser feita todos os anos, e a Anatel vai anunciar os resultados.

A Anatel publicou hoje,14, no DOU o "Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações". As pesquisas serão realizadas anualmente para cada um dos quatro principais serviços de telecom: celular, banda larga, telefonia fixa e TV por Assinatura.

Caberá à Anaatel I – elaborar e publicar o Manual de Aplicação; II – elaborar os questionários a serem utilizados na pesquisa; III – sortear as amostras a partir das bases cadastrais disponibilizadas pelas prestadoras a fim de obter a relação dos usuários para a execução da pesquisa, na forma estabelecida no Manual de Aplicação; IV – analisar e validar os relatórios e os dados da pesquisa enviados pela empresa pesquisadora; e, V – divulgar os resultados obtidos.

As empresas farão a pesquisa e entregarão os resultados para a agência anunciar.

14/07/2015 - Instituto Telecom

Anatel defende bloqueio da internet pelas teles ao fim das franquias

Alvo de várias queixas de parlamentares da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, o bloqueio das conexões à internet ao fim das franquias na telefonia móvel foi uma medida defendida pela Anatel como uma adaptação do modelo de negócios das empresas à forte demanda sobre as redes de telecomunicações.

"O que as empresas fizeram foi mudar o modelo de negócios. Só que erraram na comunicação. Mas do ponto de vista do modelo de negócios, a Anatel não viu nada de errado. As empresas estão alinhadas com o que acontece no mundo", sustentou o vice-presidente da agência, Marcelo Bechara e, audiência realizada nesta terça-feira, 14/07.

"No setor móvel pessoal temos pelo menos quatro grandes empresas no Brasil, Vivo, Tim, Claro e Oi. É um modelo competitivo e nele a gente deixa a competição acontecer, não regula o modelo de negócios. A Nextel, por exemplo, não bloqueia [ao fim da franquia] e está ganhando consumidores", insistiu o conselheiro.

Para parlamentares presentes a audiência pública na CDC, no entanto, houve abusos das operadoras ao terem prometido conexões "ilimitadas" aos clientes. "No momento em que as empresas prometeram aos clientes acesso ilimitado, houve publicidade enganosa", resumiu o deputado Marcos Rotta (PMDB-AM).

Para Bechara, "a forma como isso vinha sendo tratado do ponto de vista publicitário não era a mais correta, mas os planos de dados devem ser adaptados à realidade para não atrapalhar quem está dentro da franquia. Era ilimitado, mas a velocidade reduzida não dá a verdadeira experiência de navegação de internet"

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/07/2015 - Telesíntese

Empresas de TICs apresentam nova proposta para desoneração da folha ao senado

Em audiência hoje, 14, no Senado Federal, duas entidades patronais das empresas de software e TIC - Brasscom e Abes e o Sindicato dos Empregados de Processamento de Dados de São Paulo, apresentaram uma nova proposta para a política de desoneração da folha de pagamento, cuja alíquota aumentou de 1,5% para 4% no projeto aprovado pela Câmara. As empresas aceitam um aumento de 50% passando de 1,5% para 3%, mas para todos os segmentos ecdonômicos beneficiados com lei. Apesar do anúncio do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, de que o projeto só seria votado no segundo semestre, o governo ainda tenta a sua votação esta semana.

Em audiência hoje, 14, no Senado Federal, duas entidades patronais das empresas de software e TIC – Brasscom e Abes e o Sindicatos dos Empregados de Processamento de Dados de São Paul, apresentaram uma nova proposta para a política de desoneração da folha de pagamento, cuja alíquota aumentou de 1,5% para 4% no projeto do governo aprovado pela Câmara. As empresas aceitam um aumento de 50% passando de 1,5% para 3%, mas para todos os segmentos econômicos beneficiados com lei. Apesar do anúncio do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, que o projeto não seria votado esta semana, o governo ainda tenta que ele seja votado esta semana.

"Estamos apresentando uma proposta Republicana, compreendendo o recado da Câmara dos Deputados, que só manteve a desoneração atual para os produtos da cesta básica, auxiliando o governo no ajuste fiscal, mas mantendo os benefícios conquistados", afirmou Sergio Gallindo, presidente da Brasscom.

Segundo ele, desde que o setor foi desonerado – trocando a contribuição previdenciária por recolhimento de 1,5% de imposto sobre o faturamento bruto das empresas, foram criados 88 mil postos de trabalho pela indústria de TICs, que poderão ser cortados ser prevalecer a proposta do governo, aprovada pela Câmara, que aumentou a alíquota da contribuição para 4%.

Galindo afirma ainda que as emresas defendem que a contribuição deve ser feita pelo faturamento bruto das empresas, e não pela folha de pagamento, apção permitida na Câmara, pois se isso ocorrer, haverá a institucionalização da terceirização da força de trabalho pela criação de pessoas jurísicas.

A proposta prevê o aumento desas alíquotas até 2018, quando retornariam aos patamares atuais, de 1% para alguns segmentos industriais e 2% para empresas como as de TICS.

Apesar do anúncio do presidente do Senado Federal de que esta Medida Provisória só seria avaliada em agosto, após o recesso legislativo, há uma forte pressão do governo para ela ser votada hoje,14. Os líderes partidários se reunirão à tarde para deliberar sobre a questão.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/07/2015 - Instituto Telecom

Para Bechara, mudanças no marco legal precisam focar em investimentos e em banda larga

Com alguma frequência, surgem no Congresso propostas de alterações de grande dimensões no modelo regulatório das telecomunicações, seja na forma de consolidação das legislações existentes, seja na forma de mudanças simultâneas em vários dispositivos legais. A proposta trazida no PL 6.789/2013 (vários autores), discutida nesta terça, 14, em audiência na Comissão Especial de Telecomunicações, é daquelas que servem a muitos propósitos e interesses ao mesmo tempo, que em tempos normais provavelmente seria engavetada tamanha a complexidade e falta de consenso nas propostas, mas que no atual Congresso pode ter resultados surpreendentes.

Trata-se de uma proposta tão ampla que vai da imposição da obrigatoriedade do compartilhamento das redes, passa pela ampliação das prerrogativas municipais e estaduais na normatização das telecomunicações, por questões de tarifas de roaming e tributação até questões de atendimento e direito do consumidor. É uma grande colcha de retalhos de muitas das ideias, das polêmicas às menos plausíveis, já colocadas em debate. Segundo o presidente da Comissão Especial, Ronaldo Nogueira (PTB/RS), a ideia é ter uma proposta fechada para votação em plenário em setembro. Lembrando que comissões especiais dispensam a tramitação em comissões específicas.

A discussão em comissão especial se deve ao fato de que, originalmente, o projeto estava previsto para tramitar em mais de três comissões de mérito, o que impõe um debate em comissão específica. Segundo o deputado Ronaldo Nogueira, está sendo marcada uma audiência pública para o dia 4 de agosto para que os presidentes das operadoras de telecomunicações (e ele alertou que não seriam aceitos representantes) falem sobre o tema.

Discussão

Coube ao conselheiro e vice-presidente da Anatel, Marcelo Bechara, tentar trazer alguma contribuição ao debate do projeto. "O desafio do Brasil e desse projeto de lei é criar mecanismos que massifiquem a banda larga e ampliem a velocidade. Precisamos caminhar, e precisamos da ajuda do Congresso para um novo ciclo de investimentos, que possibilitem uma infraestrutura de fibra ótica", disse Bechara, que preferiu fazer um balanço da atuação da agência a entrar nas minúcias da proposta.

Nos debates sobre temas de telecomunicações no Congresso, fatalmente as discussões enveredam para questões de direitos do consumidor e passam pelas reclamações de sempre sobre qualidade de serviços das empresas etc. "Não está tudo bem, mas não está tudo mal. Não acho que deixar de vender celular seja solução. Aliás, quero que celular exploda (de vender). Há capacidade, há demanda, mas precisamos criar melhores condições", disse o conselheiro, ao ser questionado sobre as razões de a Anatel não suspender com mais frequência as vendas dos serviços, como fez uma vez ao suspender cautelarmente as vendas de celular. Bechara também ponderou que o índice de reclamações, apesar de elevados, precisa ser visto sob a perspectiva de mais de 300 milhões de contratos de prestação de serviço, e de um uso intensivo dos serviços

Mérito

A despeito da tradicional rodada de reclamações sobre os serviços e empresas, a audiência pública teve momentos para algumas questões mais alinhadas com o tema do Projeto de Lei. O próprio presidente, deputado Ronaldo Nogueira, levantou o problema da isonomia competitiva com os serviços prestados pela Internet. Para Marcelo Bechara, este é um debate global que precisa ser travado no Brasil.

"As OTTs tiram receita do setor e muitas vezes não recolhem os impostos. Há aplicativos que permitem chamada de voz e TV por assinatura pela Internet. É um novo desafio que tem que estar contemplado nesse projeto. A LGT é uma lei bem feita e elegante, mas não responde a tudo", disse Bechara.

A ênfase da Anatel foi, contudo, na questão tributária. Bechara reiterou a posição da agência sobre os riscos de um eventual aumento do Fistel, e avaliou que hoje a melhor aplicação do Fust dependeria de uma alteração de lei. Mas para o conselheiro, o grande vilão hoje é o ICMS. "O ICMS é um obstáculo à inclusão digital. O Governo Federal fez muito esforço (de desoneração), mas essa questão da arrecadação estadual tem que ser discutida, reconhecendo que essa é uma receita importante para os Estados, mas cruel com o usuário".

Bechara também rebateu as críticas de que a Anatel tem arrecadado pouco com a aplicação de multas. "Existe um processo de discussão administrativa e judicial legítimo que faz com que a efetividade (da aplicação das multas) não seja alta. O que está errado é o modelo (sancionatório)". Para Bechara, a regulamentação dos termos de Ajustamento de Conduta (TACs) é uma forma de corrigir esse tipo de ineficiência regulatória.

Por fim, Bechara deu sua opinião sobre a revisão do modelo de telecomunicações brasileiro. Para ele, a proposta de separação estrutural (um dos itens do projeto) só funciona por lei. "É um modelo interessante e isso é um grande debate, uma mudança de modelo que depende de lei. Não sei dizer se é o melhor modelo para o Brasil, mas é um debate e há referências internacionais", disse Bechara.

Sobre a questão dos bens reversíveis, segundo Bechara, há a mesma necessidade de discussão sobre o modelo. "Minha opinião é que a gente não deve mais pensar em concessão de telefonia fixa, e acho que (essa mudança) pode ser por decreto, mas é melhor que seja por lei, e que se estabeleça que esses bens possam ser usados como investimento". Para ele, a existência do instituto dos bens reversíveis afasta investimentos, sobretudo em um regime competitivo. "Mas essa é uma opinião minha, não da agência, e a Anatel será sócia desta comissão no debate", disse o conselheiro.

14/7/2015 - Vermelho

Petrobras anuncia novos recordes no pré-sal

A Petrobras informou que a produção de petróleo e gás natural, no Brasil e no exterior, em junho deste ano, foi de 2 milhões e 746 mil barris de óleo equivalente por dia, 4,3% superior à produção de junho de 2014 (2 milhões e 633 mil boed). Na segunda-feira, a estatal anunciou a chegada de um navio-plataforma que terá capacidade para processar até 150 mil barris de petróleo por dia no pré-sal.

A companhia informou que o mês passado registrou novos recordes na produção do pré-sal. Segundo a Petrobras, em 26 de junho a produção na operação do pré-sal foi de 811 mil barris de petróleo por dia (bpd), 1,1% maior do que o recorde anterior, de 11 abril de 2015, quando chegou a 802 mil. "A produção mensal operada também atingiu seu maior nível, alcançando 747 mil barris, 2,9% maior que o volume obtido em maio (726 mil)", disse a empresa em nota no fim de semana.

Navio que atuará na Bacia de Santos

Em outra nota, divulgada na segunda-feira, a companhia anunciou a chegada ao Brasil do navio-plataforma Cidade de Maricá, que será destinado ao pré-sal da Bacia de Santos. Ele está atracado no Estaleiro Brasa, em Niterói (RJ), e terá capacidade para processar até 150 mil barris de petróleo por dia e comprimir até 6 milhões de m³ de gás. A previsão é de que a plataforma entre em operação no campo de Lula (área de Lula Alto) no primeiro semestre de 2016.

A estatal aprovou, em 26 de junho, o Plano de Negócios e Gestão 2015-2019, com a previsão de investimentos de US$ 130,3 bilhões para o período de 2015 a 2019. A prioridade da carteira de investimentos é para projetos de exploração e produção de petróleo no Brasil, principalmente no pré-sal.

Do total de U$ 130 bilhões de investimentos, 83% (US$ 108,6 bilhões) serão investidos na área de exploração e produção. No final de junho, a Petrobras informou que os demais investimentos serão concentrados na manutenção das operações e projetos relativos ao escoamento da produção. A companhia também informou que os desinvestimentos para o biênio 2015 e 2016 somarão US$ 15,1 bilhões e existe a previsão de "reestruturação de negócios, desmobilização de ativos e desinvestimentos adicionais, totalizando US$ 42,6 bilhões entre 2017 e 2018".

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/07/2015 - Vermelho

CPI do Carf convoca investigados por desvios de R$ 6 bilhões

Em reunião nesta terça-feira (14), a CPI do Carf aprovou uma série de requerimentos convocando para depor representantes de empresas e de escritórios de advocacia e de contabilidade. No total, serão mais de 20 pessoas ouvidas, entre elas presidentes de grandes empresas e advogados. Serão convocados ainda servidores investigados pelo envolvimento no esquema que desviou cerca de R$ 6 bilhões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Por solicitação de José Pimentel (PT-CE), foram convocados os presidentes do HSBC no Brasil, da Boston Negócios, da Indústria Irmãos Júlio, da Mundial S.A. e do Grupo Penha. De acordo com lista divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo, todas essas empresas, além de outras credoras da União em processos conduzidos na Receita, teriam feito parte do esquema de suborno a integrantes do Carf, que manipularam processos com o objetivo de reduzir multas.

"No caso do HSBC por exemplo, a Polícia Federal identificou depósitos do banco para a SGR Consultoria Empresarial, que é uma das investigadas por intermediar o pagamento de propina a conselheiros do Carf", citou Pimentel.

Também a pedido do senador, foram convocados Jeferson Salazar, que é ex-auditor fiscal da Receita Federal; Antonio Lisboa e Valmar Fonseca, conselheiros titulares do Carf.

Por solicitação da relatora da CPI, Vanessa Graziottin (PCdoB-AM), foram convocados representantes das empresas Alfa Atenas e Planeja Assessoria. Segundo a senadora, ambas foram citadas nas investigações em curso.

Já por requerimento do presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), foram convocadas outras 12 pessoas, entre elas Cristina Mautoni, Flávio Rogério da Silva, Hugo Borges e Maurício Taveira.

Cristina Mautoni é sócia da empresa Marcondes & Mautoni Empreendimentos, investigada por suposto envolvimento na manipulação do julgamento da Mitsubishi no Carf. Taveira, representante do Fisco, é suspeito de ter sido cooptado neste caso. Já Rogério da Silva e Borges seriam ligados a José Ricardo Silva, ex-conselheiro do órgão e alvo das investigações.

Ainda por solicitação de Ataídes Oliveira foi requerida à 10ª Vara Federal do DF o compartilhamento, com urgência, de todos os documentos em posse da Polícia Federal relacionados à Operação Zelotes.

A CPI foi criada para investigar possíveis irregularidades no Carf. Investigado pela Operação Zelotes, deflagrada em março pela Polícia Federal, o Carf julga recursos de multas impostas a contribuintes pelo Fisco. O órgão está no centro de um esquema de redução e de cancelamento de multas por meio de pagamento de propina a conselheiros do órgão.